

A BÍBLIA E O COMPROMISSO SOCIAL

José Comblin

A Bíblia lançou no mundo um conceito novo: o conceito de povo. O inventor foi Abraão, ou, melhor dito, Deus que entregou a Abraão o conceito de povo, prometendo-lhe que seria o fundador de um povo.

Antes de Abraão havia clãs e tribos. Havia também reinos quando um indivíduo, uma família ou um clã tinham conseguido impor o seu domínio a uma população. Os sujeitos deviam obediência e serviço ao seu rei, como já dizia Samuel aos israelitas que queriam ser um reino como os seus vizinhos. O reino não conhece o povo. Somente conhece sujeitos.

Houve o milagre grego. Atenas libertou-se dos reis, libertou-se de uma estreita aristocracia e fundou a democracia que ficou na história como modelo típico da cidade grega, embora as realizações de cidades livres tenham sido bastante excepcionais. Desde Alexandre a cidade grega é parte de um Império e a suas liberdades são mais simbólicas que reais. Os seus habitantes são sujeitos do Império. De qualquer maneira o povo de Atenas era constituído por uma pequena minoria de proprietários. Estavam excluídos os escravos, os estrangeiros, os artesãos que viviam do trabalho das suas mãos. Somente uma pequena parte tinha o direito de participar das assembléias do “povo”, que era mais simbólico do que real.

A pertença ao povo de Atenas vinha da propriedade e do apelativo. O povo no sentido de pertença de todos os habitantes, de todos seres humanos por serem humanos foi uma novidade bíblica. Assim mesmo o povo apareceu como anúncio e promessa com realizações muito parciais. Ainda hoje na Igreja o conceito de povo ainda não está suficientemente concretizado.

“Iahweh disse a Abrão: ‘Deixa teu país, tua parentela e a casa de teu pai, para o país que te mostrarei. Eu farei de ti um grande povo, eu te abençoarei, engrandecerei teu nome: sê tu uma bênção’” (Gn 12,1-2).

O que seria um povo apareceu pouco a pouco com as experiências históricas interpretadas pelos profetas. Pouco a pouco, a descendência de Abrão descobriu a sua originalidade, a sua vocação e as diferenças com os outros grupos humanos. Foi uma longa história de 20 séculos. Quando nasceu Jesus, os dirigentes de Israel tinham uma visão totalmente corrompida do significado do seu povo. A verdadeira vocação de Israel permanecia consciente em pessoas simples e pobres, alheias às ambições do poder. Estas conservavam as lembranças dos profetas.

A formação do povo não podia ser obra de aristocracias ou de monarcas. Não podia ser obra de uma classe privilegiada como a classe sacerdotal. Estes faziam exatamente o contrário: lutariam para que não se manifestasse a consciência de povo e pro-

curariam impor uma estrutura social ou política semelhante às estruturas dos outros países. Em lugar de buscar a vocação própria de Israel, iriam imitar os outros países. A formação do povo devia ser a obra paciente e perseverante daqueles que não tinham ambição de poder e não tinham poderes para defender. Quando Jesus se manifestou na Galiléia, alguns o reconheceram e descobriram que ele era a pessoa que teria um papel decisivo na realização do povo prometido à Abraão.

Antes disso, uma etapa decisiva foi a celebração da aliança com Iahweh no deserto. “Então Moisés subiu a Deus. E da montanha Iahweh o chamou, e lhe disse: “Assim dirás à casa de Jacó e declararás aos filhos de Israel: “Vós mesmos vistes o que fiz aos egípcios, e como vos carreguei sobre asas de águia e vos trouxe a mim. Agora, ao ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, sereis para mim uma propriedade peculiar entre todos os povos porque toda a terra é minha. Vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa” (Ex 19,3-6).

O que fez o povo era a aliança entre Deus e Israel. O episódio do descobrimento do livro da aliança no templo no tempo do rei Josias é o mais significativo (2Rs 22–23). Pode ter sido naquela época que a aliança se tornou realmente o fundamento da estrutura de Israel. Os códigos presentes na Bíblia oferecem várias etapas da elaboração da lei que é a matéria da aliança. Pois a aliança consiste na observação das leis contidas nos códigos. Não importa aqui a época em que esses códigos foram escritos.

O que nos interessa é que em todos os códigos há leis bem diferentes das leis dos contemporâneos. Sempre aparece uma atenção especial ao ser humano, uma maior preocupação pela vida humana.

O código dito da aliança mostra uma atenção especial ao escravo hebreu que sairá livre no sétimo ano (Ex 21,2). De 22,20-26 há uma série de leis que defendem os estrangeiros, as viúvas e os órfãos, os devedores.

O código deuteronômico enuncia regras para defender os fracos, os escravos, os estrangeiros, as viúvas e os órfãos e também os devedores pobres (Dt 24,5-22).

Da mesma maneira o código sacerdotal retoma as leis de proteção aos mais fracos. “Não respigarás a tua messe, não rebuscarás os frutos caídos em teu pomar. Tu os deixarás para o pobre e para o estrangeiro” (Lv 19,10). “Não farás acepção de pessoas com relação ao pobre, nem te deixarás levar pela preferência ao grande” (Lv 19,15). “O estrangeiro que habita convosco será para vós como um concidadão, e tu o amarás como a ti mesmo, pois fostes estrangeiros na terra do Egito” (Lv 19,34).

Mas a voz mais forte é sem dúvida a voz dos profetas. Os profetas lembram sem cessar a prioridade dos pobres e dos necessitados. Denunciam a opressão exercida pelas classes dirigentes, e denunciam a falsidade das motivações cultuais. Deus não quer o culto, mas quer a justiça e a remissão das dívidas.

Os textos são bem conhecidos porque foram citados tantas vezes naquele tempo em que a Igreja fazia opção pelos pobres. “Vendem o justo por prata, e o indigente por um par de sandálias. Eles esmagam sobre o pó da terra a cabeça dos fracos e tornam torto o caminho dos fracos” (Am 2,6-7). E Amós multiplica as denúncias do culto que

serve para esconder o que realmente existe. “Eles hostilizam o justo, aceitam suborno, e repelem os indigentes à porta” (Am 5,12).

“Eu odeio, eu desprezo as vossas festas e não gosto de vossas reuniões. Porque se me oferecis holocaustos, não me agradam as vossas oferendas, e não olho para o sacrifício de vossos animais cevados. Afasta de mim o ruído de teus cantos, eu não posso ouvir o som de tuas harpas” (Am 6,21-23).

“Que me importam os vossos inúmeros sacrifícios?, diz Iahweh. Estou farto de holocaustos de carneiros e de gordura de bezeros cevados; no sangue de toros, de cordeiros e de bodes não tenho prazer... Quando estendeis as vossas mãos, desvio de vós os meus olhos; ainda quando multipliqueis a oração não vos ouvirei. As vossas mãos estão cheias de sangue” (Is 1,11-15).

“Ai dos que juntam casa a casa, dos que acrescentam campo a campo até que não haja mais espaço disponível, até serem eles os únicos moradores da terra” (Is 5,8). “Ai dos que promulgam leis iníquas, os que elaboram rescritos calamitosos, para despojar as viúvas e saquear os órfãos” (Is 10,1-2).

“Por acaso não consiste nisto o jejum que escolhi: em romper os grilhões da iniqüidade, em soltar as ataduras do jugo, e pôr em liberdade os oprimidos e despedaçar todo o jugo? Não consiste em repartires o teu pão com o faminto, em recolheres em tua casa os pobres desabrigados, em vestires aquele que vês nu e em não te esconderes daquele que é tua carne? (Is 58,6-7).

“No dia mesmo do vosso jejum, correis após os vossos negócios e explorais os vossos trabalhadores” (Is 58,3).

“Se realmente melhorardes os vossos caminhos e as vossas obras, se realmente praticardes o direito um com o outro, se não oprimirdes o estrangeiro, o órfão e a viúva, se não derramardes sangue inocente...” (Jr 7,5-6).

“Os príncipes de Israel, cada um conforme as suas forças, estão absorvidos, no meio de ti, a derramar sangue. No meio de ti se desprezam pai e mãe, em teu seio o estrangeiro sofre opressão, o órfão e a viúva são oprimidos... No meio de ti há quem tenha recebido presentes a fim de derramar sangue. Aceitaste juros e usura; exploraste o teu próximo com violência e de mim te esqueceste, oráculo de Iahweh” (Ez 22,6-12).

A mensagem dos profetas é constante: Israel é um povo diferente. Tem uma vocação especial. Nos outros povos prevalece a injustiça, a exploração, a indiferença para com as necessidades do próximo. Israel deve ser diferente. O que faz a diferença do povo de Deus, o povo herdeiro das promessas feitas a Abraão, é o tratamento dado aos fracos, aos oprimidos, aos pobres. O sinal do Deus de Abraão é o amor aos oprimidos, ou seja, a justiça. A diferença está na justiça.

Todo mundo sabe disso. Está escrito em todos os livros que falam do Antigo Testamento. No entanto, nesta época em que estamos nunca será inútil repeti-lo. A desigualdade entre ricos e pobres somente deve ter sido maior no tempo das monarquias absolutas. Como aceitar como justiça que os norte-americanos ricos ganhem 1.000 ve-

zes o salário médio dos empregados? Como aceitar no Brasil que as elites possam viver sem trabalhar porque são acionistas de todas as grandes empresas, entre elas dos bancos, e ganham milhares de vezes o salário mínimo dos trabalhadores? Não seria uma injustiça que grita ao céu? Fizeram muito alarde do mensalão. Mas o mensalão foi uma brincadeira de criança se comparada com os lucros das elites do país, essas 400.000 famílias que detêm tudo.

A palavra justiça desapareceu do vocabulário. Agora se fala em desenvolvimento, ou seja, aumento da riqueza dos opressores. Ninguém se atreve a pronunciar a palavra justiça que é uma palavra tabu. Uma palavra tabu em plena democracia! A realidade é que nessa democracia todos os partidos aceitam a ditadura da elite rica do país, aquela que controla os bancos, as grandes empresas, os meios de comunicação e vive entrosada com as multinacionais que dominam já a metade do país. Estamos numa ditadura do dinheiro.

Os profetas deviam levantar a voz, mas os profetas têm a voz apagada pelo excesso de ruídos produzidos pela sociedade para impedir que possa se levantar uma voz, ou, então, ainda não responderam à sua vocação.

Jesus situa-se em continuidade com os profetas, com a diferença que radicaliza as exigências dos profetas anteriores. Há uma diferença muito radical. Os profetas falam para defender os pobres e Jesus “é” pobre. A palavra se fez carne. Jesus não fala pelos seus discursos, mas fala pela sua vida, pela maneira como se situa no meio do seu povo. Fala pela sua pobreza. Além disso, Jesus não fala em primeiro lugar para condenar a injustiça dos dominadores ainda que faça isso também com muita energia, mas em primeiro lugar anuncia uma libertação dos oprimidos e a fartura dos pobres como uma realidade que já entrou no mundo. Não fala de um futuro indefinido, mas anuncia uma realidade nova. Proclama que há no meio do povo dos oprimidos uma força nova que faz deles os autores da sua libertação.

Vivendo uma vida de pobre, Jesus não podia definir o compromisso dos seus discípulos durante milênios numa imensa diversidade de nações e de culturas. No entanto os gestos de Jesus têm um valor simbólico tão forte que inspiram a invenção de inúmeras formas de ação.

Em continuidade com os profetas, Jesus tem como projeto o povo de Deus, o povo prometido a Abraão e que tem a sua presença histórica naquele tempo no povo de Israel.

O seu compromisso é com o povo. Com a mesma intensidade dos profetas e talvez mais ainda, Jesus condena aqueles que desviam o seu povo e o povo que segue os dirigentes mentirosos: sacerdotes, doutores da lei, donos da terra e do poder.

O pecado deles é deturpar o povo, enganar o povo, desviar o povo da sua vocação. Eles tratam o povo exatamente como fazem os pagãos. É um pecado coletivo porque realizado pela totalidade do povo, os que enganam e os que se deixam enganar.

Jesus reúne discípulos ao seu redor para dar início ao verdadeiro resto de Israel, ao início de uma restauração do projeto divino. Aquilo que se realizou no meio dos

profetas e seus discípulos, agora vai crescer, estender-se e integrar todos os povos. Jesus aceita samaritanos, pagãos, até mesmo oficiais romanos.

Jesus era o Messias e o Messias é justamente aquele que vai salvar o seu povo dos seus pecados, aquele que vai estabelecer a justiça e fazer do povo pecador um povo de irmãos. O novidade da mensagem de Jesus consiste nisto que o Messias já está aqui, já está operando por meio dos discípulos que enviou.

O povo de Deus começa de novo com a comunidade de Jerusalém. Lucas entendeu muito bem que o que Jesus quis: refundar o povo de Israel a partir dos seus discípulos. Eis aqui que estão reunidos os discípulos e oferecem uma imagem daquilo que seria o povo de Deus.

Esse povo de Deus não se submete a nenhuma dessas autoridades que desviaram o povo da sua vocação. Sofrem perseguição, mas não se inclinam nem se deixam intimidar.

No decorrer dos séculos da cristandade, os representantes do sistema deram uma interpretação errônea do relacionamento de Jesus com as autoridades de Israel e a sua concepção do povo de Deus. Identificaram o povo de Deus com a Igreja institucionalizada e integrada pelo clero. As denúncias de Jesus contra os sacerdotes e os doutores foram entendidas como se fossem aplicadas somente às autoridades judaicas do seu tempo. Fizeram delas argumentos para legitimar e alimentar o anti-semitismo. Fizeram de conta que a luta de Jesus era contra essa geração do povo de Israel somente.

Porém, o agir de Jesus tem valor de referência permanente. Jesus não denuncia, nem condena somente aqueles que desviaram o seu povo naquele tempo, mas os que o desviam em todos os tempos. Durante os tempos da cristandade, os que desviam o povo de Deus já não eram os rabinos ou os sacerdotes de Jerusalém, mas eram aqueles que criaram um novo poder religioso e dominaram o povo de Deus, submetendo-o ao clero que se estabeleceu como casta dominante. O anti-semitismo foi o que impediu de ouvir o que Jesus dizia e ainda nos diz hoje. Hoje em dia não devemos entender as palavras de Jesus como se estivessem dirigidas somente aos doutores da lei do seu tempo. Elas têm valor permanente e Jesus quis mostrar ao seu povo o que o ameaça de modo permanente. Pois a vida de Jesus é a palavra de Deus, ela é ensino para todos os tempos.

Na cristandade perdeu-se de vista o valor de ensino da vida de Jesus como se ela não fosse um ensino permanente. O que aconteceu com Jesus ilumina o que está acontecendo em cada época da história.

Durante os tempos da cristandade, leram os evangelhos como livros de milagres exaltando a divindade de Jesus. Os milagres eclipsam o sentido da vida humana, os seus atos, seu projeto, as suas relações, enfim o que faz que uma vida seja humana. Calcedônia tinha ensinado que havia duas naturezas em Jesus. Porém a natureza humana foi entendida num sentido metafísico. Não se levou em conta que o ser humano são 30 ou 50 ou 80 anos de ações orientadas por projetos, intenções, lutas, desilusões e vitórias. A encarnação durou 33 anos porque era novidade todos os dias.

Paulo não conheceu Jesus, nem deve ter recebido muitas informações sobre a sua vida terrestre. Em todo caso a sua teologia está toda orientada pela sua experiência

da ressurreição de Jesus que o obrigou a abandonar toda a sua religião anterior, toda a concepção farisaica do judaísmo com a qual tinha identificado o seu projeto de vida, para reconhecer que estava num erro total. A sua experiência de conversão levou-o a acentuar a novidade de Jesus com relação ao judaísmo ortodoxo que ele tinha vivido.

Lembramos aqui alguns dos aspetos mais significativos da apresentação de Jesus por Paulo. Em primeiro lugar, Jesus vem suprimir tudo o que separava judeus e pagãos, todas as barreiras de uma suposta lei de Deus que impediam a entrada dos outros povos, como se o povo de Deus se identificasse com aquele povo histórico de Israel que estava estabelecido na Palestina, embora muitos tenham emigrado na diáspora. Todos são iguais. Já não há distinção entre judeus e pagãos, homens e mulheres, livres e escravos.

Em segundo lugar, Paulo destaca aquilo que já era visível nos evangelhos: Jesus rompe com uma concepção cultural do povo de Deus. O que faz o povo de Deus não é o culto, nem a submissão a leis ou normas culturais. O que faz o povo de Deus são os atos materiais realizados na sociedade humana: os atos de amor positivo, construtivo, de um amor eficaz que constrói uma sociedade de iguais.

Em terceiro lugar, o povo de Deus é feito de pobres. Os pobres são os que o constroem com as suas fraquezas humanas e com a força do Espírito. Dessa maneira fica claro que o povo de Deus não se constrói com os poderes que dominam: não se constrói com o poder econômico, com o poder político ou com o poder cultural. Era preciso afirmar esse princípio com energia porque a tentação é grande de recorrer a esses poderes. A história da cristandade é feita de alianças com os poderes econômicos ou políticos ou culturais. Em algumas épocas o próprio clero foi o detentor desses poderes, aumentando a distância com os pobres.

Em quarto lugar o povo de Deus é povo de liberdade. Nesse povo todos são igualmente chamados à liberdade. A liberdade liberta do domínio da lei. A liberdade faz com que todos possam criar, fazer a sua vida, tecer relações de amizade e colaboração com outros. Paulo bem sabe que as comunidades vivem numa sociedade regida por leis imperiosas. Não prega a revolta contra o Imperador com armas iguais porque tomar o lugar do imperador não mudaria nada. O que Jesus quis foi criar uma sociedade em que esse imperador seria impossível. Um dia deve vir em que o imperador seja o servidor do povo. Isto poucas vezes aconteceu na história da cristandade, mas aconteceu e deve acontecer de novo.

Na idéia de Paulo, esse povo de Deus já está representado pelas comunidades espalhadas pelo mundo do Império pelas suas viagens missionárias. Na sua visão essa missão chegaria em breve ao mundo inteiro, e o povo de Deus se tornaria presente no mundo inteiro, mudando a face da humanidade. Paulo morreu antes de ver o fim da missão. Agiu como se estivesse consciente de que a sua missão teria que ser continuada por outros. Agiu com a idéia de que a missão ainda demoraria um pouco. Por isso deixou avisos e exortações para que os evangelizadores não se deixassem corromper pelas tentações.

De fato vários discípulos estiveram bem conscientes desse projeto de Paulo e completaram a lista das cartas do Apóstolo acrescentando recomendações e ensinamentos que, na idéia deles, eram a continuidade da mensagem de Paulo.

Os escritos de João acentuam o aspeto realista, material da mensagem de Jesus. Seguir Jesus é praticar o amor. Não se trata de um amor de sentimentos e sim de um amor criativo, construtivo, que dá vida assim como o amor de Deus dá vida.

Jesus entendeu depressa que não poderia realizar pessoalmente a sua missão que era de salvar o seu povo da dominação do sistema judaico e integrar os pagãos dentro do povo de Deus. Logo teve que estar consciente de que as autoridades de Israel o matariam. Entendeu que tinha pouco tempo pela frente e tinha que comunicar aos discípulos o essencial da sua mensagem. Por isso falou e agiu para ensinar aos discípulos como teriam que prolongar a sua obra, avisando sobre os problemas e as tentações que encontrariam e, sobretudo, insistindo em algumas normas básicas que os deveriam guiar através dos tempos. Não fundou nenhuma instituição deixando plena liberdade aos discípulos. Estas instituições são legítimas se, de fato, ajudam a praticar as normas apontadas por Jesus. Perdem a legitimidade no momento em que se desviam do projeto de Jesus para ceder às tentações dos pagãos.

Jesus não devia ter muitas ilusões. Jesus sabia muito bem que os apóstolos não entendiam bem o que lhes ensinava. Teve que repreender o próprio Pedro que falava como Satanás. O que os apóstolos não entendiam era a questão do poder. Como entender que Jesus renunciasse ao poder a aceitasse livremente que o matassem sem se defender com poderes humanos ou divinos? Portanto, Jesus não devia ter muitas ilusões sobre o que ia acontecer depois dele. Sabia que vários ou muitos cairiam na tentação do poder. Mesmo assim, confiou em que alguns pelo menos entenderiam a mensagem e a transmitiriam aos outros no mundo dos homens.

O povo de Deus nasce e cresce em pequenas comunidades que podem multiplicar-se, criar associações e constituir um peso político, econômico ou cultural, capaz de influir nos poderes constituídos. O exemplo do Novo Testamento mostra que o povo de Deus começou ou recomeçou assim. É bem verdade que desde o segundo século alguns já estão pensando em convencer os imperadores. Depois de Constantino sabemos o que aconteceu.

É preciso recomeçar sempre com pequenos grupos em todas as instâncias da sociedade para refazer o fermento evangélico. Quando as comunidades cristãs se tornam poderosas, elas caem inevitavelmente nos defeitos dos poderes dominantes. Pois, uma vez que se tornam poderosas, são conquistadas por personalidades que não estão animadas pelo evangelho. Mesmo assim, podem fazer algo de bom. Mas o fermento do povo de Deus não está aí. Está nas comunidades de pobres. É um processo que nunca acaba.

Não tenhamos mais ilusões do que Jesus. O mal-entendido e a discussão continuam entre Jesus e os seus discípulos atuais. O problema é sempre o mesmo: o poder.

Há discípulos que repetem os erros de Pedro e buscam mais poder, até o ponto de pensar que não se pode evangelizar sem poder, como já ouvi dizer muitas vezes. Mas

Jesus continua ensinando que o poder é justamente o que impede a evangelização. O poder torna-se objeto de preocupação permanente e separa os seres humanos em lugar de fazer um povo de irmãos todos livres e iguais.

O desafio existe para a Igreja atual. No Brasil há uma concentração crescente da pastoral dentro da paróquia. Multiplicam-se as paróquias e praticamente quase todos os padres trabalham em paróquias. Questão financeira? Com certeza. No entanto já houve outras soluções. A consequência é que os sacerdotes estão fora do mundo e, sobretudo, fora do mundo dos pobres. Estão fora do mundo da política, da cultura, das atividades humanas. Fora dos lugares em que homens e mulheres se reúnem.

Na prática a paróquia dá prioridade ao culto. Concentra as forças dos católicos no culto. O compromisso com o povo de Deus fica marginalizado. Alguns conseguem fugir da prisão da paróquia, mas é a minoria, porque a paróquia é exigente. Houve um tempo em que havia sacerdotes, religiosos, freiras, dedicados aos movimentos de Ação católica ou de ação social. Hoje em dia todo o mundo fala em missões, missionários. Mas a missão no sentido de comunicar o evangelho não se faz numa semana ou num mês. Supõe um acompanhamento da vida.

A mentalidade capitalista entra na Igreja. Alguns acham que na Igreja se podem aplicar as regras do *marketing*. De fato com o *marketing* é possível reunir gente. Mas não é possível comunicar o evangelho. Não tenhamos ilusões. Pedro já estava pensando no *marketing*. Como não teria sucessores na Igreja de hoje? Sucessores encontram-se em todos os níveis da instituição.

Quando falamos em compromisso social dos cristãos, estamos falando do compromisso social dos pobres que são os verdadeiros discípulos. Os outros estão diante de um desafio: como conciliar os seus privilégios com a prioridade dos pobres? Como estar a serviço dos pobres sem dominá-los? Como estar a serviço dos pobres se a pessoa trabalha dentro de um sistema que domina, explora ou exclui os pobres? De qualquer maneira será sempre um semicompromisso porque a preocupação pelos bens, pelo poder econômico, político ou cultural sempre está presente e muitas vezes tende a prevalecer. Como servir os pobres e trabalhar numa empresa que oprime os pobres?

Assim mesmo a própria instituição eclesiástica pode servir até certo ponto no compromisso. Pode dar mais força aos pobres com a condição de não querer dominá-los com segundas intenções, por exemplo, a intenção de subordiná-los às paróquias. No entanto, algo pode fazer. O que mais se constata é a divisão dentro do próprio episcopado, dentro do clero e dos institutos religiosos. Se não há divisão, não é bom sinal. Pode ser e o sinal de que não existe compromisso social nenhum, salvo nas palavras.

Não encontraremos na Bíblia uma resposta às inquietações da instituição eclesiástica em matéria social. Pois a Bíblia foi escrita para os pobres e não para a burocracia eclesiástica.

José Comblin
Caixa Postal 13
58306-970 Bayeux, PB
E-mail: comblin@terra.com.br